

A INTERSECCIONALIDADE DESDE O BRASIL: TEIAS DE RESISTÊNCIA ENTRE O PENSAMENTO DE FEMINISTAS NEGRAS BRASILEIRAS

Intersectionality from Brazil: webs of resistance among the thinking of black brazilian feminists

Interseccionalidad desde Brasil: redes de resistencia en el pensamiento de las feministas negras brasileñas

MARÍLIA PASSOS APOLIANO GOMES¹
ORCID: 0000-0002-2159-8975

JHÊNIFFER LOPES DA SILVA²
ORCID: 0009-0004-3114-1188

RESUMO

Nesta pesquisa, exploramos a interseccionalidade no contexto brasileiro por meio de diálogos entre Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Juliana Borges e Letícia Nascimento. O arcabouço teórico articula estas autoras às Epistemologias do Sul, aos saberes e experiências construídos contra as formas de opressão e ao feminismo decolonial, em uma crítica anticapitalista, anticisheteropatriarcal e antirracista. O objetivo foi compreender como o conceito de interseccionalidade permite analisar as relações entre raça, classe, gênero e sexualidade no Brasil, evidenciando as articulações entre vários eixos de dominação na produção teórica dessas autoras. A pesquisa adota uma abordagem qualitativo-interpretativa, na qual a interseccionalidade se configura simultaneamente como objeto de investigação e como perspectiva teórico-metodológica. Enquanto tema, orienta a análise das formas como autoras negras brasileiras a mobilizam para compreender as relações entre raça, classe, gênero e sexualidade; enquanto método, oferece a lente crítica que guia a leitura comparativa e relacional das produções teóricas publicadas entre 2010 e o início dos anos 2020.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Feminismos negros; Pensadoras negras brasileiras.

ABSTRACT

In this research, we explore intersectionality in the Brazilian context through dialogues between Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Juliana Borges, and Letícia Nascimento. The theoretical framework articulates these authors with Epistemologies of the South, with knowledge and experiences constructed against forms of oppression, and with decolonial feminism, in an anti-capitalist, anti-cisheteropatriarchal, and anti-racist critique. The objective was to understand how the concept of intersectionality allows us to analyze the relationships between race, class, gender, and sexuality in Brazil, highlighting the articulations between various axes of domination in the theoretical production of these authors. The research adopts a qualitative-interpretative approach, in which intersectionality is configured simultaneously as an object of investigation and as a theoretical-methodological perspective. As a theme, it guides the analysis of the ways in which Black Brazilian women authors use it to understand the relationships

¹ Socióloga, advogada, especialista em educação, mestre e doutora em Sociologia. Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. Coordena o núcleo de pesquisa e extensão Afrofem: Feminismos afrodiáspóricos, afrocentricidade e decolonialidade. E-mail: mariliapassos@ufpi.edu.br

² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Técnica em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão Feminismos afrodiáspóricos, afrocentricidade e decolonialidade (AFROFEM) e do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (ENGENDRE-UFPI). E-mail: jhenifferlopes@ufpi.edu.br

between race, class, gender, and sexuality; as a method, it offers the critical lens that guides the comparative and relational reading of theoretical productions published between 2010 and the beginning of the 2020s.

Keywords: Intersectionality; Black feminisms; Brazilian black women thinkers.

RESUMEN

En esta investigación, exploramos la interseccionalidad en el contexto brasileño a través de diálogos entre Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Juliana Borges y Leticia Nascimento. El marco teórico vincula a estas autoras con las epistemologías del Sur, con conocimientos y experiencias construidos en contraposición a las formas de opresión, y con el feminismo decolonial, en una crítica anticapitalista, anticisheteropatriarcal y antirracista. El objetivo fue comprender cómo el concepto de interseccionalidad permite analizar las relaciones entre raza, clase, género y sexualidad en Brasil, destacando las articulaciones entre diversos ejes de dominación en la producción teórica de estas autoras. La investigación adopta un enfoque cualitativo-interpretativo, en el que la interseccionalidad se configura simultáneamente como objeto de investigación y como perspectiva teórico-metodológica. Como tema, orienta el análisis de las formas en que las autoras negras brasileñas lo utilizan para comprender las relaciones entre raza, clase, género y sexualidad; como método, ofrece la perspectiva crítica que guía la lectura comparativa y relacional de las producciones teóricas publicadas entre 2010 y principios de la década de 2020.

Palabras clave: Interseccionalidad; Feminismos negros; Pensadoras negras brasilenãs.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa realizada entre 2022 e 2024 sobre a influência de Lélia Gonzalez nas Ciências Humanas contemporâneas, com ênfase em seu papel pioneiro nas discussões sobre interseccionalidade e no feminismo negro diaspórico no Brasil. A pesquisa abrange os diálogos entre as produções de Gonzalez, entre os anos 1970 e 1980, e as obras de Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Juliana Borges e Leticia Nascimento, publicadas entre 2010 e o início dos anos 2020, compondo um panorama das análises brasileiras sobre desigualdades interseccionais. A pergunta que nos moveu foi: como essas autoras tratam as dinâmicas de opressão interseccional relacionadas à raça, classe, gênero, identidade de gênero e sexualidade no Brasil?

A seleção das autoras seguiu dois critérios principais: primeiro, reunir teóricas brasileiras que discutem as condições de mulheres negras, cis e trans, em perspectiva crítica ao paradigma moderno-colonial, que historicamente deslegitima saberes negros; segundo, contemplar pensadoras cujas obras estão articuladas à sua atuação política, sem separar militância e produção acadêmica. Buscou-se também considerar a dimensão histórica: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro compõem a primeira geração do feminismo negro brasileiro (1970-1990), enquanto Ribeiro, Akotirene, Borges e Nascimento representam uma geração mais recente, atuante a partir dos anos 2000. A correlação entre elas é evidenciada pela coleção *Feminismos Plurais*, organizada por Djamila Ribeiro, que inclui obras de Ribeiro (2017), Borges (2018), Akotirene (2019) e Nascimento (2021b).

Com essa escolha, o objetivo foi compreender, no Brasil, a constituição do feminismo negro diaspórico, definido por Santos (2007) como um conjunto de práticas políticas e intelectuais desenvolvidas por feministas afrodescendentes, articulando gênero, raça, classe, identidade de gênero e sexualidade. Essa perspectiva nos convoca a repensar a própria noção das identidades, incorporando o debate sobre gênero e cisgeneridade, como propõe Leticia Nascimento (2021b), ao questionar a naturalização da mulher cis como sujeito universal do feminismo. Tal deslocamento epistêmico permite compreender as experiências de mulheres negras, trans e travestis como constitutivas das epistemologias de resistência, revelando o caráter metodológico e político da interseccionalidade: pensar a partir das encruzilhadas onde se cruzam opressões e possibilidades de reexistência.

Essas formulações contemporâneas encontram suas raízes nas elaborações pioneiras de Lélia Gonzalez, que compreendia raça, classe e gênero como dimensões indissociáveis da dominação e da resistência. Compreendemos, assim, Gonzalez como precursora de uma leitura interseccional *avant la lettre*. Embora o termo “interseccionalidade” tenha sido cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) para discutir as múltiplas

formas de subordinação das mulheres negras nos EUA, Gonzalez, já na década de 1970, criticava a tripla opressão estrutural vivida por mulheres negras e pobres no Brasil. Destaca-se que o conceito ganhou notoriedade acadêmica a partir de diversas vertentes do feminismo negro – estadunidense (Collins; Bilge, 2016; Davis, 2016; hooks, 2019), afro-latino-americano e afro-caribenho decolonial (Curiel, 2007) – e, no contexto brasileiro, constitui também uma forma de crítica epistemológica e política à colonialidade do saber.

Costuma-se associar à “terceira onda” do feminismo, nos anos 1990, o questionamento da categoria universal de “mulher”. Contudo, a crítica à ideia de uma experiência feminina homogênea já estava presente nas lutas das mulheres negras desde o século XIX, como evidencia o célebre discurso “E eu não sou uma mulher?”, de Sojourner Truth (1851). Tais formulações, retomadas e aprofundadas por autoras negras brasileiras contemporâneas, como Letícia Nascimento (2021b) e Yordanna Rêgo (2019), demonstram a atualidade das discussões inauguradas por Gonzalez sobre a impossibilidade de um sujeito feminino universal. Essas autoras, em diálogo com a tradição amefricanista e decolonial, expandem o alcance da interseccionalidade ao incorporar criticamente as questões de identidade de gênero e transfeminismo.

É nessa direção que Letícia Nascimento (2021b) tensiona os limites da categoria “mulher” ao discutir corpo, identidade e dissidência de gênero. Para a autora, raça, classe e gênero não operam isoladamente, mas conformam um campo de poder no qual branquitude e cisgeneridade se tornam normas. Ao defender o transfeminismo, Nascimento amplia o debate de forma interseccional ao incluir experiências de mulheres negras, lésbicas, travestis, trans, gordas e com deficiência, denunciando como o racismo e o cisheteropatriarcado se articulam na produção das desigualdades contemporâneas. Essa reflexão dialoga com a análise de Yordanna Lara Pereira Rêgo (2019) sobre a afronecrotransfobia, processo através do qual o Estado e as estruturas de poder produzem a morte social e física de corpos negros, sobretudo de pessoas negras trans e travestis. Ao mesmo tempo, Rêgo evidencia que esses corpos forjam práticas de reexistência que desestabilizam a lógica necropolítica e reinscrevem a agência negra nas disputas pela humanidade.

As autoras analisadas estruturam suas discussões em bases afrocentradas, articulando uma perspectiva histórica que evidencia como ideologias políticas e formas de dominação herdadas do período colonial sustentam desigualdades estruturais até o presente. Tais opressões se mantêm também pela normatividade da branquitude, entendida como lugar social e simbólico de privilégio racial historicamente construído, que opera como referência universal e invisibiliza hierarquias raciais em benefício dos sujeitos brancos (Schucman, 2014). Ao trazer a branquitude como categoria analítica, torna-se possível compreender como os discursos de neutralidade, universalidade e mérito sustentam desigualdades de raça, gênero e classe, fazendo da interseccionalidade um instrumento para desvelar esses mecanismos e reconhecer a branquitude como sustentáculo de poder e produção de privilégios.

Ancoradas no pensamento dessas teóricas e inspiradas pela historiadora Silmária Reis (2024), defendemos a existência de uma “interseccionalidade desde o Brasil” ou “à brasileira”, cujas raízes remontam a Lélia Gonzalez. Essa noção sustenta a estratégia metodológica da pesquisa, que adota uma abordagem qualitativo-interpretativa e interseccional (Goldenberg, 2004), combinando análise bibliográfica e documental com leitura comparativa das trajetórias e produções das autoras. Mais que um procedimento analítico, a interseccionalidade constitui aqui um eixo epistemológico e político que orienta toda a reflexão, reconhecendo as opressões como estruturais e interdependentes (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2016). Essa estratégia permitiu identificar aproximações e distanciamentos entre perspectivas teóricas, epistemológicas e políticas, aprofundando o diálogo entre diferentes gerações do feminismo negro brasileiro. Demarca-se, assim, que a interseccionalidade, mais do que um método, foi o ponto de partida para a leitura do mundo social.

Ao tomar a interseccionalidade como lente analítica, o diálogo com o feminismo decolonial (Lugones, 2014; Vergès, 2020) torna-se incontornável, uma vez que ambos os referenciais denunciam o entrelaçamento das estruturas capitalistas, raciais e cisheteropatriarcais na produção das desigualdades que afetam de modo particular as mulheres negras, sobretudo trans e travestis. Nesse cenário, Lélia Gonzalez emerge como uma das vozes mais influentes da América Latina, cuja perspectiva amefricanista e crítica à colonialidade do saber constitui uma contribuição inovadora e decisiva ao feminismo diaspórico. Como afirma Sueli Carneiro, “quando Crenshaw chegou com esse debate da interseccionalidade, eu já estava com essa concepção consolidada de feminismo negro. *Eu sou filhote de Lélia Gonzalez*” (Carneiro, 2017, grifo nosso).

Como veremos, a obra de Gonzalez ecoa e inspira as produções contemporâneas de feministas negras brasileiras, que, articulando-se a tradições teóricas de autores como Abdias do Nascimento (1978), Beatriz

Nascimento (2021a), Angela Davis (2016), bell hooks (2019), Patrícia Hill Collins (2016) e Frantz Fanon (2008), reafirmam a necessidade de compreender a interseccionalidade como ferramenta teórico-política fundamental na crítica às desigualdades e violências estruturais.

2. LÉLIA GONZALEZ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A DISCUSSÃO DA INTERSECCIONALIDADE

Nas décadas de 1970 e 1980, Lélia de Almeida Gonzalez (1935–1994) formulou análises pioneiras sobre a cultura afro-latino-americana, o racismo e as desigualdades de gênero no Brasil. Graduada em História, Geografia e Filosofia, mestra em Comunicação e doutora em Antropologia, foi professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a primeira a ministrar um curso sobre Cultura Negra no país, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Nessa trajetória, destacou-se também como uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (1978) e do Coletivo de Mulheres Negras Nzinga (1983), iniciativas fundamentais para articular o feminismo negro no Brasil (Rios; Freitas, 2018).

Embora anterior ao paradigma decolonial, sua obra expressa, segundo Silmária Reis (2024), uma “decolonialidade à brasileira”, que reúne múltiplas tradições anticoloniais e destaca Gonzalez e Beatriz Nascimento como vozes precursoras dessa perspectiva. Nos anos 1980, Lélia publicou ensaios fundamentais como “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, “Por um feminismo afro-latino-americano” e “A categoria político-cultural de amefricanidade”, nos quais articulou raça, classe e gênero para compreender as estruturas coloniais do pensamento e da sociedade brasileira. Esses textos foram inicialmente reunidos na coletânea *Primavera para rosas negras*, organizada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (Gonzalez, 2018), iniciativa essencial para manter viva sua obra em um contexto de silenciamento acadêmico, e posteriormente sistematizados por Flávia Rios e Márcia Lima na coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano* (Gonzalez, 2020).

Em 1982, a autora lançou *Lugar de negro* (Gonzalez; Hasenbalg, 2022), consolidando sua contribuição às ciências humanas, e, em 1987, escreveu *Festas Populares no Brasil*, obra publicada ainda em vida, porém em tiragem limitada e sem inserção no mercado editorial. Apenas em 2024 o livro se tornou acessível ao público, revelando uma profunda análise sobre as manifestações culturais afro-brasileiras como espaços de memória, resistência e recriação das identidades negras e indígenas (Gonzalez, 2024).

Nessas obras, a autora criticou o sexismo no movimento negro, o racismo no feminismo hegemônico e o classismo do sindicalismo, demonstrando que as opressões não atuam de modo isolado, mas se entrecruzam de forma estrutural na vida das mulheres negras. Denunciou ainda o mito da democracia racial como ideologia que naturaliza essas hierarquias, sustentando a invisibilidade da dominação racial e de gênero. Em contraponto aos “intérpretes do Brasil”, como Oliveira Viana e Gilberto Freyre, Gonzalez questionou o elogio à mestiçagem e demonstrou que a formação nacional se deu por meio da violência do estupro colonial e da exploração de corpos negros e indígenas.

Ao propor conceitos como *amefricanidade* (unidade cultural e política da diáspora negra), *feminismo afro-latino-americano* (de alcance transnacional) e *pretuguês*, Gonzalez criticou a razão logocêntrica e o racismo linguístico que hierarquiza modos de falar e exclui saberes populares. Com o *pretuguês*, denunciou a colonialidade da linguagem e afirmou o valor epistêmico das expressões afro-diaspóricas e periféricas, aproximando a produção científica da oralidade e da experiência cotidiana, o que contribuiu para a deselitização e a popularização da ciência no Brasil.

Lélia Gonzalez antecipa a interseccionalidade ao demonstrar que a opressão das mulheres negras é produzida simultaneamente por estruturas raciais, sexuais, econômicas e culturais, as quais são impossíveis de se compreender separadamente. Para além dos mais conhecidos e já citados ensaios “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, “Por um feminismo Afro-Latino-Americano” e “A categoria Político-Cultural de Amefricanidade”, nos textos “A mulher negra” e “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”, a autora evidencia que o capitalismo latino-americano é racialmente hierarquizado e sexualmente dividido, destinando às mulheres negras as posições mais precárias e invisibilizadas.

Sua abordagem, que integra economia política, psicanálise e análise cultural, mostra que o racismo e o sexismo não apenas se somam, mas se reforçam mutuamente, definindo o lugar social da mulher negra. Isso porque o desenvolvimento desigual e os padrões específicos de integração social denotam a eficácia do sistema de superexploração de negras e negros na sociedade brasileira. É nesse entrecruzamento, no qual

raça, classe e gênero se tornam indissociáveis, que se encontra a antecipação de uma leitura interseccional da realidade brasileira.

3. DIÁLOGOS ENTRE LÉLIA GONZALEZ E FEMINISTAS NEGRAS CONTEMPORÂNEAS

Entendemos que, além de ser pioneira na evidência das desigualdades interseccionais, Gonzalez desempenhou um papel crucial na criação e no debate de categorias inovadoras, tais como: racismo por negação; amefricanidade; pretuguês; feminismo afro-latino-americano (abordagem tanto regional quanto transnacional) e tridimensionalidade das opressões, sofridas pelas mulheres negras pobres no Brasil. Desde 1970, Lélia já abordava a tripla discriminação enfrentada por essas mulheres nos meios de comunicação, como novelas e publicidades (Gonzalez; Hasenbalg, 2022). A autora desenvolveu uma perspectiva interseccional e transdisciplinar, evidenciando a urgência de elaborar políticas públicas que considerassem a multidimensionalidade das opressões. Essa continua sendo uma pauta fundamental do feminismo diaspórico, com Sueli Carneiro, Djamilia Ribeiro, Juliana Borges, Carla Akotirene e Letícia Nascimento.

Em diversas de suas reflexões, Gonzalez utiliza a imagem da mulher negra para analisar as manifestações de opressão e as ideologias políticas que perpetuam representações coloniais. Isso inclui o triplo estereótipo que limitava o lugar social da mulher negra no Brasil, a saber: a mulata, enquanto objetificação/sexualização da mulher negra, supostamente para atender o desejo masculino no cotidiano e em eventos extraordinários como o carnaval; a mãe-preta como a figura materna que cuidava e educava os filhos dos senhores no período escravocrata; e, por fim, a mucama, que, no período colonial, era a mulher escravizada que cumpria o serviço no lar, tarefas análogas ao que desempenham hoje as mulheres em trabalho doméstico. Gonzalez demonstrou que são representações essencialistas que simbolizam as maneiras pelas quais as mulheres negras foram e seguem sendo exploradas no Brasil. A análise da autora denuncia como esse imaginário continua a ser reproduzido no cotidiano, nas práticas e na indústria cultural, consolidando as desigualdades e violências atuais.

A antropóloga fundamenta seu trabalho em Guerreiro Ramos, na análise das relações raciais e da identidade nacional, bem como em Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento, na formulação de uma história escrita por mãos negras (Nascimento, 2021a), trazendo à tona verdades não escritas pela história hegemônica, desconstruindo estruturas de discriminação cultural e de desumanização das pessoas negras. Nesse mesmo escopo, Gonzalez dialoga com Frantz Fanon, que desenvolve uma proposta anticolonial para a Psicanálise, um dos paradigmas com que a autora mais trabalha, articulando Fanon com Sigmund Freud e Jacques Lacan.

Analizamos a produção de Lélia Gonzalez a partir de três vertentes: 1) a abordagem anticolonial ou “decolonial à brasileira” (Reis, 2024), na crítica à visão eurocêntrica e autoproclamada neutra das ciências e do feminismo dominante no Ocidente; 2) a perspectiva psicanalítica, refletindo o interesse da autora pelas obras de Sigmund Freud, Frantz Fanon e Jacques Lacan, cruciais para sua compreensão do “racismo à brasileira” ou “racismo por denegação”; 3) abordagem interseccional, trazendo a complexidade das opressões de raça, classe e gênero, o que revela a originalidade de sua obra, mesmo antes da definição posterior do termo “interseccionalidade” por Crenshaw em 1989 (Ratts; Rios, 2010).

A crítica de Lélia Gonzalez à razão colonial e logocêntrica, que hierarquiza os saberes e desqualifica aqueles produzidos fora do cânone eurocêntrico, encontra ressonância no pensamento de Letícia Carolina do Nascimento (2021b). Em sua formulação sobre o transfeminismo, Nascimento propõe o reconhecimento do corpo como dimensão constitutiva da produção de conhecimento, rompendo com a cisnormatividade e com o modelo abstrato e desincorporado de intelectualidade. Ao adicionar as necessárias reflexões sobre identidade de gênero e sexualidade, Nascimento amplia e atualiza o projeto de descolonização do saber defendido por Gonzalez, reafirmando que pensar a partir das margens negras, femininas, trans e periféricas é construir outras racionalidades possíveis. Vemos, assim, uma convergência entre Gonzalez e Nascimento na recusa à separação entre corpo e razão e na defesa de epistemologias situadas que insurgem contra o universalismo ocidental e reconhecem nas vivências subalternizadas potentes fontes de elaboração teórica e política.

3.1 A oferta analítica ancestral do feminismo negro, por Carla Akotirene

Carla Akotirene, pesquisadora baiana, assistente social e doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, no início de seu livro *Interseccionalidade* (2019), demarca a influência

teórica e política de Gonzalez (2020) em seu pensamento e na promoção do pretuguês brasileiro – categoria que trata da influência africana no português falado no Brasil – e na luta anticolonial relacionada à definição do que constitui conhecimento legítimo. Na citada obra, Akotirene define interseccionalidade como uma encruzilhada de diversas estruturas, uma “oferenda analítica ancestral” preparada pelas feministas negras para alimentar aqueles que são vistos como “Outros”, em processos de desumanização (Fanon, 2008; Carneiro, 2023). Ela lembra que, muito antes do termo ser criado, as feministas negras já compreendiam a “encruzilhada das avenidas identitárias” que a abordagem representa, unindo-se em suas lutas e desenvolvendo coletivamente formas de resistência que se distanciam das abordagens liberais do feminismo branco dominante no enfrentamento dos efeitos do patriarcado. Trata-se de um conceito que permite uma compreensão mais abrangente, superando as narrativas simplistas de classe, raça, gênero, sexualidade e nacionalidade.

Akotirene e Ribeiro (2017) defendem que a proposta política e epistemológica da interseccionalidade já estava presente na primeira onda do feminismo, nas vozes das ativistas negras. Além disso, a necessidade de analisar de forma combinada raça, classe e gênero também estava nas autoras da chamada segunda onda, com hooks (2019) e Lorde (1983). Diferentemente do que alguns apregoam, a exemplo da socióloga francesa Daniele Kergoart, o feminismo negro não traz cisões ou hierarquia de desigualdades. Pelo contrário, como afirmam Angela Davis e Audre Lorde, ele propõe justamente que o discurso de “primazia” de opressões seja abandonado. O que trouxe o feminismo negro foi a exigência de um novo marco civilizatório, expandindo noções anteriores de justiça baseadas na simples distributividade econômica. As existências e resistências das mulheres negras sempre existiram na história, porém as fortes demarcações sociais que lhes negavam o *status* de sujeitos de direitos, sujeitos históricos e produtores de conhecimento de si e do mundo promoveram forte silenciamento e invisibilização destas mulheres na historiografia feminista hegemônica.

3.2 Pensar localizado e enegrecer o debate a partir de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro

Outra pesquisadora de grande relevância no feminismo negro brasileiro é a filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Carneiro é doutora em Filosofia, com a tese *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (2005), publicando ainda *Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência* (2009) e o livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011). Carneiro discute e propõe políticas públicas eficazes que considerem os variados segmentos da população, com suas dimensões históricas, culturais e raciais, destacando a necessidade de desconstruir a ideia da democracia racial que fundamenta a ideologia meritocrática, pois essa narrativa esconde a realidade de que a formação histórica do Brasil não é de harmonia racial.

Para a autora, a premissa de que havia uma democracia racial e igualdade formal disfarçou os reais modos de inclusão do povo negro na sociedade após a abolição da escravidão. A autora tem alertado que o Estado brasileiro persiste na adoção de políticas públicas com enfoque universal, abrangendo áreas como educação, saúde e cultura, e alocando recursos e iniciativas para grupos inteiros, em vez de abordagens segmentadas. As políticas direcionadas especificamente para a população negra ou para a saúde de mulheres lésbicas e homens trans, por exemplo, são exceções.

Considerando as profundas desigualdades sociais, que são interseccionais, Carneiro ressalta a necessidade de implementar políticas setoriais específicas, que geralmente contrastam com a gestão atual do Brasil. Apesar disso, as contribuições da autora não se reduzem à proposição de políticas interseccionais. Em sua tese, a autora tematiza o processo da desumanização das pessoas racializadas, o que leva grande parte da sociedade a invisibilizar e naturalizar essas desigualdades (Carneiro, 2023).

Um exemplo do que denuncia Carneiro é a alta taxa de letalidade entre os jovens no Brasil, um fenômeno que possui forte marcação racial, permitindo afirmar a ocorrência de genocídio da juventude negra. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023 em relatório da Anistia Internacional, 99% dos homicídios cometidos pela polícia tiveram como vítimas homens, dos quais 84% eram negros e 52% tinham menos de 25 anos (Anistia Internacional, 2023). Outro aspecto importante é o crescimento dos casos de feminicídio no país. Segundo o mesmo relatório, em 2023 se observa uma verdadeira escalada na violência contra as mulheres.

No primeiro semestre de 2022, foram registrados 699 feminicídios, violência que não afeta igualmente as mulheres. Esse relatório aponta que 62% das vítimas eram negras, reforçando as conclusões de diversos estudos, como o de Paiva (2024). As pesquisas mostram que é fundamental considerar a perspectiva

racial nas políticas públicas de segurança, tanto para a prevenção quanto para o enfrentamento desse tipo de violência. Além disso, os dados sobre transfeminicídio no Brasil reforçam a urgência dessa ampliação analítica: em 2023 foram registrados 145 assassinatos de pessoas trans e 10 suicídios após violência ou invisibilidade, segundo o 7º Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA).

Desse modo, as políticas de enfrentamento à violência de gênero e racial precisam considerar que os feminicídios e os transfeminicídios são expressões interligadas de sistemas opressivos que atravessam raça, gênero, classe, identidade de gênero e sexualidade, conforme lembram Nascimento (2021b) e Rêgo (2019). Sueli Carneiro ressalta que, enquanto não se alcançar uma compreensão teórica e política clara sobre as intersecções das opressões de raça, classe e gênero no Brasil, o Estado continuará a elaborar e implementar políticas universalistas que se mostram ineficazes para aqueles que enfrentam as maiores vulnerabilidades, como é o caso das mulheres negras e de baixa renda.

Carneiro sugere que devemos “enegrecer” o debate, destacando a força do feminismo negro na luta contra o racismo, o sexismo e o capitalismo de maneira integrada, relacionada à busca por direitos humanos que promovam liberdade e igualdade, evitando a objetificação dos corpos negros no contexto do colonialismo. A autora ressalta que, desde a infância, a população negra enfrenta a discriminação racial, sendo a escola o ponto de partida desse processo. Essas experiências se transformam em situações mais graves com o passar do tempo.

Muitos meninos e meninas lidam com uma realidade social marcada pela violência, enfrentando diversas formas de alienação que contribuem para a formação de ideias que os afastam da chance de imaginar um futuro em que a mobilidade social é possível. Essa realidade é ainda mais acentuada para as mulheres negras, como aponta Gonzalez: a combinação da exclusão racial com práticas sexistas agrava a exploração e opressão que essas mulheres enfrentam, e, junto a fatores socioeconômicos, restringe significativamente suas oportunidades de ascensão.

Carneiro (2011) enfatiza os significativos efeitos da desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho do Brasil, evidenciando a escassez de mulheres e pessoas negras em posições elevadas nas instituições públicas e privadas. No contexto brasileiro, as mulheres negras representam uma coletividade que ocupa a base da pirâmide social, sendo o grupo mais marginalizado, enfrentando opressão de diversas origens. Esse grupo é não apenas o mais mal pago, mas também o que se encontra em maior situação de vulnerabilidade social. Sendo o trabalho essencial para a manutenção da vida e com acessos extremamente desiguais, essa exclusão do mercado laboral configura uma negação de cidadania.

Assim, entendemos que a estrutura do racismo obstaculiza a concretização dos direitos fundamentais e garante a continuidade das hegemonias e da subalternidade racial. Alinhando-se a Gonzalez, Carneiro propõe a urgência de incluir a perspectiva negra nas discussões, visando desenvolver estratégias que fortaleçam os direitos da população negra. As duas autoras corroboram a visão de que as mulheres negras e em situação de pobreza enfrentam opressões interligadas, resultantes das desigualdades de raça, classe e gênero, que se entrelaçam e tornam a realidade ainda mais complexa, refletindo as estruturas das desigualdades sociais do país.

Por essa razão, a abordagem da amefricanidade, proposta por Gonzalez, revela-se fundamental. Ela sugere a necessidade de descolonizar a forma como enxergamos a formação sociohistórica e cultural da América Latina, cuja narrativa ainda é predominantemente moldada pela perspectiva do colonizador, criando uma distância, mesmo nas vivências que nos conectam aos outros países dessa região. Essa abordagem traz uma nova compreensão sobre a luta da população afrodescendente diante do imperialismo europeu e norte-americano, ressaltando a importância e o protagonismo dos grupos negros e indígenas na formação do Brasil e de outros territórios.

A manutenção das desigualdades interseccionais depende da continuação das crenças na democracia racial e na meritocracia, impedindo transformações estruturais, como a melhoria das condições de vida da população negra no Brasil. Gonzalez (2020) e Carneiro (2011) reconhecem que, junto a essas ideologias, há processos interligados e intrincados de desumanização e silenciamento, bem como uma resistência a mudanças estruturais. Trata-se da negação do racismo brasileiro, que, ancorada no mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que exalta uma suposta “cultura nacional”, rejeita as raízes culturais africanas e indígenas da identidade brasileira. Esse processo Gonzalez nomeia como “racismo por denegação” ou “racismo à brasileira”, uma neurose coletiva que atua como um mecanismo de disfarce das desigualdades, performando coletivamente uma suposta harmonia brasileira nas relações raciais.

Gonzalez traz ainda o conceito lacaniano de *infans* (aqueles que não têm voz) para se referir a pessoas que são objeto de discurso, mas não têm a oportunidade de se expressar. Isso não ocorre por falta de desejo, mas porque são silenciadas por aqueles que se consideram autorizados a falar em seu nome. O silenciamento gera uma infantilização e uma negação da plena humanidade. Como Lélia destacava, a população negra no Brasil sempre foi representada a partir de uma ótica branca, patriarcal e capitalista. Devido à desumanização e à exploração de diversas formas, seu pensamento, sua cultura e sua voz foram desconsiderados por séculos, estando sujeitos a uma ideologia de pacificação sustentada pelo mito da democracia racial, de modo que é essencial tomar as rédeas de sua própria narrativa.

Lembramos que o legado colonial, que continua a atuar como uma colonialidade que afeta o ser, o saber e o poder (Quijano, 2005), tem colocado as pessoas negras na posição de “Outro”, aquele que é descrito a partir de um suposto “eu” universal, caracterizado como branco, cristão e cisheteropatriarcal. A proposta da Amefricanidade sugere que as análises levem em conta as opressões de maneira interligada e sejam fundamentadas nos feminismos negros, criando suas narrativas únicas. Nesse contexto, Gonzalez estabelece um diálogo com Simone de Beauvoir (1960), filósofa francesa que argumenta que as mulheres foram vistas como o “Outro” em relação aos homens, compreendidas enquanto o que falta aos homens, definidas como um “Outro absoluto ou universal”. Gonzalez refuta essa ideia, afirmando que não há uma “mulher universal”, pois as experiências das mulheres negras diferem significativamente das vivências das mulheres brancas.

Dessa forma, a abordagem interseccional fundamenta-se no feminismo diaspórico, representando sujeitos em coletividade que, ao longo da história, foram vistas como os “Outros dos Outros”, negadas de humanidade e voz: *infans*, de acordo com a análise de Gonzalez. As mulheres que compõem esse grupo não o fazem por uma essência inata, mas por relações sociais estabelecidas ao longo do tempo, enfrentando uma “dupla ausência” de poder (Kilomba, 2019): ao não serem brancas nem homens, elas se opõem tanto à branquitude quanto à masculinidade, criando um terceiro espaço onde é ainda mais desafiador estabelecer reciprocidade e empatia, ao que recordamos a solidão da mulher negra e a fala de Sojourner Truth (“E eu não sou uma mulher?”, Truth *apud* hooks, 2019). Elas são objeto de discursos, mas raramente têm a oportunidade de se pronunciar, o que torna essencial a realização de pesquisas que partam de suas perspectivas, experiências e vivências. Essas experiências não são universais, mas profundamente enraizadas nas identidades e nos contextos socialmente construídos, que, muitas vezes, são erroneamente considerados como “neutros” ou “naturais”.

Nesse sentido, o conceito de *infans* em Gonzalez, que denuncia a negação da voz e da humanidade, dialoga diretamente com o *dispositivo de racialidade* formulado por Sueli Carneiro (2005), no qual o negro é construído como “não ser” diante de um “eu” branco universal. As autoras revelam como o processo de desumanização opera também no campo do conhecimento, produzindo o *epistemicídio*: a eliminação simbólica e material dos saberes negros e indígenas, que sustenta a colonialidade do poder e do saber. Ao articularem corpo, voz e conhecimento como dimensões inseparáveis, Gonzalez e Carneiro afirmam a urgência de uma política de enegrecimento do saber, que recupere as memórias e epistemes silenciadas pela modernidade colonial.

3.3 Lugar de fala para existir: a potência da fala enquanto resistência ao epistemicídio

Nesta reflexão sobre interseccionalidade, é importante incluir Djamila Ribeiro, filósofa, escritora e pesquisadora. Ela tem desempenhado um papel fundamental na edição e circulação de estudos relacionados ao antirracismo, principalmente por meio da curadoria da coleção *Feminismos Plurais*, que busca expandir os debates para além do âmbito acadêmico. Na obra “O que é lugar de fala?”, Ribeiro não se anuncia autora do conceito e resgata de maneira cuidadosa aspectos históricos e políticos, argumentando que essa noção deve ser abordada a partir da perspectiva feminista:

Não poder acessar certos espaços acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso a internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. [...] Quando falamos do direito à existência digna, à voz estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. (Ribeiro, 2017, p. 66)

Impedir alguém de se expressar ou agir como se estivesse ouvindo essa pessoa, sem de fato ouvir, é, na prática, privá-la do direito a uma vida digna. Nesse contexto, o termo “lugar” se refere a uma posição social determinada pelas hierarquias e pelas diferenças marcadas que existem na sociedade. A fala vai muito além de simplesmente formar frases, conforme destaca Ribeiro, pois expressar-se é uma forma de existir, resistir e reexistir. Em um país onde a população negra e jovem enfrenta genocídio, Ribeiro enfatiza que ter voz é

uma forma de manter-se vivo. Isso implica garantir que as falas sejam escutadas e levadas em consideração, promovendo, por exemplo, a criação de políticas públicas que combatam as desigualdades e melhorem as condições de vida da população negra no Brasil.

Embora Gonzalez não mencione diretamente a expressão “lugar de fala” em seus ensaios, Ribeiro reconhece nela um caráter pioneiro na discussão e análise desse tema. É importante notar que, em diversos escritos, Gonzalez tem por mote a declaração de Millôr Fernandes de que no Brasil “não existe preconceito de cor porque aqui o negro conhece o seu lugar”. Diante disso, é significativo que a obra de Djamila Ribeiro (2017) comece com uma citação de Gonzalez em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, ressaltando a importância de que as mulheres negras reivindiquem sua própria voz.

E o risco que assumimos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sidos falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança se que fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que nesse trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, *o lixo vai falar, e numa boa.* (Gonzalez, 2020, p. 77-78, grifo nosso)

Assim, o *lugar de fala* em Ribeiro pode ser compreendido como a atualização política do gesto teórico de Gonzalez: ambas reivindicam o direito de falar por si, rompendo o silêncio imposto aos sujeitos *infans*, aqueles historicamente citados, mas não ouvidos. Tal gesto não é apenas discursivo, mas epistêmico, pois insurge contra o epistemicídio, que nega à população negra o estatuto de produtora de conhecimento. Djamila Ribeiro destaca a relevância da descolonização do saber e da promoção e disseminação de epistemologias afrocentradas, que possuem uma longa trajetória histórica. Ela questiona a alegada neutralidade da ciência moderna ocidental, uma visão igualmente defendida por Gonzalez nas décadas de 1970 e 1980.

Ribeiro também sugere a desconstrução da amplamente aceita teoria da democracia racial, que sustenta a ideia de meritocracia no imaginário coletivo, frequentemente legitimando e exacerbando as consequências das desigualdades e os efeitos do racismo. Nas obras de Ribeiro e de Gonzalez, há uma forte indicação da urgência em desenvolver estratégias de resistência não apenas contra o racismo, mas igualmente contra uma variedade de formas de exploração e opressão que buscam deslegitimar a existência, os conhecimentos, as narrativas e as vozes da população negra.

O importante enfoque de Gonzalez destaca que as pessoas negras têm enfrentado processos de infantilização e “outrificação”. Para um entendimento mais profundo do fenômeno da “outrificação”, sugerimos a obra da filósofa Sueli Carneiro, que nos instiga a refletir sobre temas como a racialidade, o epistemicídio, a ilusão da democracia racial, o feminismo negro e os direitos humanos, por exemplo. Recentemente, a autora lançou o livro “Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser” (2023), em que analisa diferentes mecanismos de poder imbuídos de racialização. Em suma, o dispositivo da racialidade estabelece uma divisão entre os brancos (o “Eu”), que se percebem como neutros ou como não-raça, e os não-brancos, aqueles/as vistos/as como racializados/as, nos quais se marca um “outro” que ocupa uma posição inferior e desumanizada. Assim, o Eu-branco se inscreve enquanto ideal e o Outro-racializado é subjugado e negado a sua existência (Carneiro, 2023).

Para Carneiro, a outrificação é arraigada na mentalidade colonial e eurocêntrica, que impõe a assimetria colonizador-colonizado, designando o “eu” hegemônico em *status* de ascensão hierárquica e social em oposição ao “outro”, rebaixado a categorias não-humanas. Ocorrem também as práticas de epistemicídio e de forte naturalização de supostas diferenças biológicas entre brancos e negros, que colocam a população negra em posições de duplo e até mesmo triplo trabalho, pois estão nessa posição concreta de desumanizados/as, o que ocorre até hoje. No Brasil, a igualdade formal garantida em lei contrasta com as profundas desigualdades raciais, de classe e gênero que estruturam o cotidiano.

O epistemicídio opera como mecanismo de destruição dos saberes daqueles e daquelas que são lidos como outros/as, anulados/as enquanto sujeitos produtores de saber, impulsionando a toada colonial que sustenta a ideologia do discurso hegemônico branco. Tal análise em Sueli Carneiro dialoga intensamente com a abordagem de Lélia Gonzalez (1984) sobre a produção de *infans*, isto é, o sujeito invalidado enquanto alguém a ter direitos, aquele que assume a posição de sujeito “outro” do qual se fala. Assim, a harmonia social funciona como uma cortina que cobre apenas superficialmente a divisão racial existente no Brasil, mascarando a opressão interseccional sofrida há séculos pelo povo negro, sendo este o ponto em que a neurose cultural brasileira se manifesta.

Gonzalez explicita que é por meio dessa neurose coletiva que se ocultam práticas individuais e coletivas de discriminação racial, acobertadas pela reiterada negativa do racismo, o que, de maneira estrutural e

sintomática, fragiliza o cenário brasileiro, propiciando múltiplas formas de violências direcionadas ao povo negro. Afinal, como se sabe, apesar de que muitos neguem, “um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policial contra ele” (Gonzalez, 2020, p. 46). Sendo esta uma das inúmeras formas de opressão, é fazendo uso da violência nas suas diferentes esferas que o Estado permite a perpetuação das desigualdades interseccionais.

3.4 Pensando o encarceramento em massa brasileiro em uma perspectiva interseccional

Juliana Borges, antropóloga de São Paulo com especialização em política criminal e relações raciais, é cofundadora da Articulação Interamericana de Mulheres Negras na Justiça Criminal/Núcleo Brasil. Borges se identifica como uma feminista antipunitivista e antiproibicionista e escreveu duas obras fundamentais sobre o tema: *O que é encarceramento em massa?* (2018) e *Prisões: espelhos de nós* (2020). Em seus livros, Borges ressalta que as prisões no Brasil representam um mecanismo de encarceramento em massa que afeta particularmente a população negra jovem, refletindo um novo tipo de aprisionamento que evoca os horrores da escravidão. Ela destaca que as instituições prisionais não tratam todos os indivíduos de forma equitativa, sendo notadamente mais severas com aqueles identificados como “racializados”, ou seja, não brancos, como se a branquitude não fosse uma categoria racial.

Nessas estruturas, ocorre a restrição de território e a limitação da liberdade da população negra, com os corpos negros sendo vistos como os principais alvos de controle e punição. A situação é alarmante, já que o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, com 64% desse total composto por indivíduos negros. Além disso, ao incorporar a análise de gênero, Borges enfatiza a importância da interseccionalidade na compreensão desse fenômeno e na busca por soluções e pela construção de um novo paradigma civilizatório.

A autora, com isso, destaca o aspecto fundamental da interseccionalidade à luz de seus estudos voltados ao sistema judiciário e prisional brasileiro, fazendo uso da categoria para analisar como o sistema penal atua desumanizando corpos racializados. Ela enfatiza como a categoria analítica é essencial para a formulação de projetos estratégicos que possibilitem construir outras possibilidades, a partir de medidas direcionadas a mulheres negras em situação de cárcere, por exemplo. Juliana Borges aponta que as mulheres são profundamente impactadas, tanto por estarem em situação de privação de liberdade (totalizando 37.380), quanto pelos efeitos decorrentes do encarceramento de seus familiares. Portanto, ao considerar as mulheres negras nas prisões, é essencial analisar os dados de forma cruzada para captar a complexidade desse fenômeno.

Borges refere-se a uma realidade contemporânea, pós-Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição cidadã”, que trouxe o princípio da igualdade descrito no artigo 5º: somos todos iguais perante a lei. Porém, vemos que se trata de um imperativo de igualdade formalista e liberal, que não constitui a materialidade da igualdade nas condições de vida. A despeito do princípio da igualdade, o Estado no Brasil promove necropolítica, uma vez que ensina e promove a perseguição policial contra a população negra. Nessa ordem e com inúmeros dispositivos de racialidade (Carneiro, 2023), seriam então os negros e negras considerados “não humanos”, logo sem direitos humanos e civis. Isso entra em total dissonância com a harmonia social que o mito da democracia racial afirma existir no Brasil, porém é apenas uma aparente contradição, pois está estruturada na sólida ordem racista e cisheteropatriarcal que não pode ser dita, razão pela qual Gonzalez trata o fenômeno como “racismo por denegação”.

5. CONCLUSÃO

Todas as autoras, em consonância com Lélia Gonzalez (2020), além de reconhecerem suas ancestrais teóricas e políticas, lembram da necessidade de não hierarquizar as opressões. Assim sendo, é evidente que a questão racial é um dos fatores primários da desigualdade social brasileira, somando-se às desigualdades de classe, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade e outras. Nesse sentido, a discussão racial não pode ser colocada de lado na formulação de estratégias para a implementação de políticas públicas que visem assegurar minimamente um caráter equitativo. Para tal, como bem discutido por Sueli Carneiro, é preciso que se revise de forma crítica o aspecto universalista adotado pelo Estado e que sejam construídas políticas de forma segmentada, a fim de perceber os pontos que estruturam as desigualdades no Brasil em seu aspecto interseccional, pensando raça, classe, gênero e os demais marcadores e vulnerabilidades existentes em cada contexto.

Concordando com Carneiro, Ribeiro e Akotirene, pensamos que o feminismo negro/diaspórico já nasce falando de interseccionalidade, sendo esta uma fundação teórica e política de muitas mulheres, ativistas e intelectuais negras ao longo da história, dentro e fora do campo acadêmico. Essa discussão já estava presente em Sojourner Truth (1851) e em outras mulheres desde a primeira onda do feminismo, de forma precursora, porém tolhidas, com suas vozes silenciadas e tornadas “infans”, como vimos em Lélia Gonzalez.

O feminismo diaspórico compreende a união entre pensamento e prática, análise e resistência, sem a separação moderno-colonial entre corpo e mente, rejeitando as dualidades/oposições endossadas pelo modelo científico ocidental. Trata-se de um feminismo antirracista inspirador e comprometido com a prática (práxis), observável em hooks, Truth, Gonzalez, Carneiro, Ribeiro, Nascimento, Borges e Akotirene. Assim, defendem as autoras aqui analisadas que é paradoxal descolar a crítica interseccional da crítica à colonialidade moderno-ocidental e/ou eleger opressões prioritárias (como a de classe), desconsiderando que algumas opressões derivam justamente da colonialidade.

Dessa forma, o descolamento crítico que alguns propõem, a exemplo de Danièle Kergoat, é contrário ao próprio conceito de interseccionalidade. Desse modo, a pesquisa buscou contribuir para ampliar o conhecimento que se tem dessas importantes autoras que compõem a matriz do feminismo diaspórico brasileiro, intelectuais que denunciam há décadas a situação da mulher negra no Brasil e a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para elas, no sentido da equidade e da justiça social.

Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Letícia Nascimento e Juliana Borges são destacadas intelectuais negras que promovem uma discussão profunda e relevante sobre a realidade do povo negro brasileiro, com ênfase especial nas múltiplas camadas de opressão e desigualdade enfrentadas pelas mulheres negras, cis e trans. Essas autoras não oferecem apenas uma análise crítica das estruturas sociais e raciais do Brasil, que perpetuam a injustiça, mas também desafiam o status quo, propondo novas formas de resistência e empoderamento.

É necessário que suas obras sejam amplamente lidas e discutidas em diversos espaços, tanto acadêmicos quanto comunitários, pois o letramento racial é uma condição vital para que a sociedade brasileira avance em direção a uma convivência mais justa e equitativa. Somente por meio do reconhecimento e da valorização das vozes dessas intelectuais, bem como de outras e outros intelectuais negros e negras, poderemos construir um futuro em que a igualdade seja uma realidade concreta.

Acreditamos que, a partir de estudos como este, é possível estimular o debate e a construção de um espaço de aprendizagem mais dialógico e menos racista e menos cisheteropatriarcal. Esperamos contribuir, ainda que de forma indireta, para a construção de um novo espaço de educação e de ensino-aprendizagem, no qual haja a ampliação das discussões sobre as tentativas de subalternização da mulher negra ao longo da história e seus reflexos no contexto atual.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *O estado dos direitos humanos no mundo*. Brasil: Anistia Internacional Brasil, 2023.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BORGES, Juliana. *Prisões: espelhos de nós*. São Paulo: Todavia, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Entrevista “Raça, estrutura e classe no Brasil”. *Revista Cult*, ano 20, n. 223, p. 18, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge: Polity, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.
- CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, n. 26, p. 92–101, 2007.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para rosas negras*. Belo Horizonte: União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flávia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. *Festas populares no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Trad. Bhuvli Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. Não existe hierarquia da opressão. 1983. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a.
- NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021b.
- PAIVA, Álvaro Alberto Andrade. Do aumento dos índices de feminicídio no Brasil: circunstâncias que intensificam os efeitos do delito—discriminação racial e o isolamento social na pandemia do Covid-19. *Humanidades & Tecnologia (FINOM)*, v. 55, n. 1, p. 1–12, 2024.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez. Coleção Retratos do Brasil Negro*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RÊGO, Yordanna Lara Pereira. Reflexões sobre Afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 6, n. 16, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIOS, Flávia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, n. 1, p. 25–45, 2018.
- SANTOS, Silmária Reis dos. *Uma decolonialidade à brasileira: perspectivas decoloniais entre historiadores(as) no Brasil*. 2024. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2024.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. Feminismo negro diaspórico. *Revista Gênero*, Niterói, v. 8, n. 1, p. 11–26, set. 2007.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. São Paulo: Annablume, 2014.
- VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

Data de submissão: 11/06/2025

Data de aceite: 11/11/2025

Data de publicação: 15/12/2025